



SEGURANÇA ALIMENTAR E SEU CICLO DE VIDA NO BRASIL

Elói Martins Senhoras

Economista e cientista política, especialista, mestre, doutor e pós-doutor em Ciências Jurídicas. Pesquisador em Políticas Públicas e professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR)

A temática de segurança alimentar passou a adquirir crescente relevância nos debates acadêmicos e governamentais após o fim da 2ª Guerra Mundial em um contexto de surgimento da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e difusão de embrionárias políticas públicas focadas no combate à fome e desenvolvimento do bem-estar social.

Por um lado, observou-se ao longo das décadas que a estruturação de um regime multilateral de segurança alimentar e nutricional se caracterizou por padrão de institucionalização relativamente frágil e descontínuo, o qual repercutiu em uma materialização *de juri*, com baixos impactos *de facto* no combate à fome ou à desnutrição.

Por outro lado, o foco nacional na batalha de construção da “segurança alimentar” foi caracterizado por divergências entre as situações de ausência de políticas de erradicação de vulnerabilidades alimentícias e nutricionais até a conformação de políticas, seja de natureza universal até a década de 1980, seja de focalização social a partir da década de 1990.

Frente a esta contextualização da temática da (in)segurança alimentar, o Brasil sempre esteve presente nas diferentes contextualizações, por meio de uma periodização em 4 fases sequenciais, caracterizadas pelos padrões de: a) pioneirismo internacional, b) silêncio administrativo nacional, c) universalismo da segurança alimentar, e, d) focalização social.

Na primeira fase, o Brasil se insere na vanguarda internacional da temática da segurança alimentar entre as décadas de 1940 e 1960, quando o país adquiriu indiretamente proeminência internacional no assunto em função dos trabalhos e pesquisas de vanguarda do médico, geógrafo e diplomata, Josué de Castro, na presidência do Conselho Executivo na FAO e como embaixador na ONU.

Na segunda fase, entre as décadas de 1960 e 1980, o regime militar trouxe um relativo silêncio administrativo na temática, momento em que as discussões são esvaziadas nacionalmente e na projeção internacional do país frente a uma agenda desenvolvimentista comandada pela revolução verde na qual o país buscou modernizar a exploração e produção no setor primário.

Na terceira fase, entre meados da década de 1980 e meados da década de 1990, com a redemocratização a agenda de segurança alimentar e nutricional adquire nova relevância dentro do país não apenas em função da Constituição Federal de 1988 com um perfil de políticas sociais universais, mas também em função da crescente participação de atores da sociedade civil e da formação de conselhos nacionais específicos na temática alimentar e nutricional.

Na quarta fase, entre meados da década de 1990 até o final da década de 2010, a agenda da segurança alimentar no país adquiriu uma clara natureza de política focalizada, com base nos princípios de *targeting social* difundidas pelo Banco Mundial, bem como apresentou protagonismo internacional dentro de uma agenda multilateral de cooperação sul-sul, constituída entre 2003 a 2010, durante a gestão do governo Lula.

É justamente na quarta fase que o presente livro abre suas discussões sobre a construção de uma agenda de segurança alimentar e combate à fome dentro do Brasil e do país em direção ao mundo, como uma forma de projeção internacional de *soft power*, a qual se alicerçou, tanto, em uma expansão institucional da diplomacia presidencial e da chancelaria brasileira, quanto em uma acoplagem pró-cíclica ao acelerado crescimento econômico internacional entre os anos de 2001 e 2007.

Conforme observado no livro, a projeção de acordos de cooperação sul-sul em um momento de crescimento econômico junto a países da América Latina, África e Ásia consolidou a projeção brasileira de uma agenda de segurança alimentar, na qual o projeto Fome Zero, o programa Bolsa Família e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) se tornaram estruturas de replicação de uma política de focalização social no combate à fome.

A projeção internacional do país, alicerçada nesta agenda de segurança alimentar, trouxe consigo, importantes repercussões de curto prazo, como a indicação do presidente Lula ao Prêmio Nobel, e a eleição de José Francisco Graziano da Silva, ministro extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, para o cargo de diretor-geral da FAO; não obstante, as repercussões de médio e longo prazo tenham sido mínimas frente à incapacidade de sustentabilidade de uma agenda de cooperação sul-sul em um contexto de desaceleração econômica e de crise no Brasil ao longo da década de 2010.

Em função do protagonismo internacional do Brasil na agenda de segurança alimentar estar circunscrito a um momento restrito, aos anos de 2003 a 2010, o presente livro adquire relevância por demonstrar as características especiais de sincronismos econômicos e políticos, bem como nacionais e internacionais, os quais foram captados funcionalmente pelo governo do presidente Lula, embora sem continuidades subsequentes de mesma magnitude frente às mudanças estruturais e conjunturais constituídas no país nos anos subsequentes.

Que esta leitura possa despertar o olhar crítico sobre o momento de inflexão que o país apresenta na temática de segurança alimentar, o qual a partir de 2010 continua com uma agenda cada vez mais focalizada em um número restrito de pessoas e de modo inversamente proporcional cada vez menos projetada internacionalmente frente aos dilemas da desaceleração econômica e de emergência de agendas neoprotecionistas que cada vez mais pregam ajustes de austeridade fiscal interna e de autarquização das relações internacionais.

